

REFORMA EDUCACIONAL DO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DO PROJETO-PILOTO DA REDE ESTADUAL DE MATO GROSSO

EDUCATIONAL REFORM OF HIGH SCHOOL: A STUDY OF THE PILOT PROJECT OF THE STATE SCHOOLS IN MATO GROSSO

REFORMA EDUCATIVA DE LA ESCUELA SECUNDARIA: ESTUDIO DEL PROYECTO PILOTO DE LA RED ESTATAL DE MATO GROSSO

Waleska Gonçalves de Lima¹ 0000-0002-7962-4822

Ana Lara Casagrande² 0000-0002-6912-6424

Cristiano Maciel³ 0000-0002-2431-2457

¹ Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, Mato Grosso, Brasil; waleska.fisica@gmail.com

² Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, Mato Grosso, Brasil; ana.casagrande@ufmt.br

³ Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, Mato Grosso, Brasil; cristiano.maciel@ufmt.br

RESUMO:

São apresentados elementos da reforma do Ensino Médio (ampliação da jornada escolar e o reordenamento curricular), a partir do projeto-piloto desenvolvido na Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (Seduc/MT). A política posta em movimento evoca percepções de profissionais lotados nas escolas-piloto, gestores, docentes e servidores efetivos lotados na Seduc/MT. A pesquisa exploratória e qualitativa envolveu levantamento documental e o trabalho de campo, com aplicação de questionário a 39 profissionais. A análise se deu conforme o Ciclo Contínuo de Políticas, ancorado em Stephen Ball. Os dados mostram que as bases e os valores que sustentam a reforma no Estado estão alinhados à Base Nacional Comum Curricular; que a implantação do Novo Ensino Médio ocorreu nas escolas-piloto, sinalizando inseguranças diante das mudanças produzidas, tais quais: tempo ampliado, alterações na matriz curricular com novos componentes, atribuições docentes, formação continuada, parcerias estabelecidas na elaboração e desenvolvimento do novo currículo. Destaca-se as indicações da necessidade de reestruturação da carga horária da Formação Geral Básica, com críticas apontadas por profissionais das escolas-piloto aos novos componentes curriculares e à ênfase nos itinerários formativos, o que também apareceu no processo de consultas públicas realizadas pelo governo federal, na avaliação da reforma do Ensino Médio, que culminou na aprovação da Lei nº14.945/2024 em vigor.

Palavras-chave: reforma educacional; ensino médio; projeto-piloto; estado de Mato Grosso

ABSTRACT:

Elements of the reform of High School (extending the school day and reorganizing the curriculum) are presented, based on the pilot project developed at the State Department of Education of Mato Grosso (Seduc/MT). The policy put into motion evokes the perceptions of professionals assigned to pilot schools, managers and teachers, and those assigned to Seduc/MT, permanent employees. The exploratory and qualitative research involved document collection and field work, with the application of a questionnaire to 39 professionals. The

analysis was carried out according to the Continuous Cycle of Policies, anchored in Stephen Ball. The data show that the foundations and values underpinning the state's reform are aligned with the National Common Curricular Base; that the implementation of the New High School began in pilot schools, revealing uncertainties regarding the changes introduced, such as extended school hours, modifications to the curricular structure with new components, teaching assignments, continuing education, and partnerships established in the development and implementation of the new curriculum. It is worth noting the indications of the need to restructure the workload of General Basic Education, with criticisms raised by professionals from the pilot schools regarding the new curricular components and the emphasis on the formative itineraries. These concerns also emerged during the public consultations conducted by the federal government as part of the evaluation of the High School reform, which ultimately led to the approval of Law n° 14.945/2024, currently in effect.

Keywords: educational reform; high school; pilot project; state of Mato Grosso

RESUMEN:

Son presentados elementos de la reforma de la Educación Secundaria (ampliación de la jornada escolar y reorganización curricular), con base en el proyecto piloto desarrollado en la Secretaría de Educación del Estado de Mato Grosso (Seduc/MT). La política puesta en marcha evoca la percepción de los profesionales asignados a las escuelas piloto, directivos y docentes, y de los asignados a Seduc/MT, empleados efectivos. La investigación exploratoria y cualitativa implicó investigación documental y trabajo de campo, con aplicación de un cuestionario a 39 profesionales. El análisis se llevó a cabo de acuerdo con el Ciclo Continuo de Política, anclado en Stephen Ball. Los datos muestran que las bases y los valores que sustentan la reforma en el Estado están alineados con la Base Nacional Común Curricular; que la implementación de la Nueva Educación Secundaria se llevó a cabo en escuelas piloto, lo que evidenció inseguridades ante los cambios realizados, tales como: ampliación del tiempo escolar, modificaciones en la malla curricular con nuevos componentes, atribuciones docentes, formación continua y alianzas establecidas para la elaboración y desarrollo del nuevo currículo. Se destacan las indicaciones sobre la necesidad de reestructurar la carga horaria de la Formación General Básica, con críticas señaladas por profesionales de las escuelas piloto hacia los nuevos componentes curriculares y el énfasis en los itinerarios formativos, lo que también surgió durante el proceso de consultas públicas realizadas por el gobierno federal en la evaluación de la reforma de la Educación Secundaria, que culminó con la aprobación de la Ley n° 14.945/2024, actualmente en vigor.

Palabras clave: reforma educativa; escuela secundaria; proyecto piloto; estado de Mato Grosso

Introdução

A Lei n° 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017) e a Base Nacional Comum Curricular, estabelecida para a etapa do Ensino Médio - BNCC/EM (Brasil, 2018), orientam a reforma do Ensino Médio em curso no país por meio da ampliação da jornada escolar e do reordenamento curricular em prol de um processo formativo mais flexível (no sentido de possíveis escolhas) para os jovens.

O estado de Mato Grosso faz adesão à ampliação da carga horária, no ano de 2017 por meio de escolas-piloto e elabora o Documento de Referência Curricular - DRC, com a etapa do Ensino Médio (DRC/MT-EM) entregue à rede a partir do ano de 2021, tornando-se um

referencial para as escolas colocarem em prática as inovações provenientes dos itinerários formativos, que constitui a parte flexível do novo currículo. Currículos flexíveis, supostamente personalizados conforme interesses das juventudes, devem ser problematizados frente ao reconhecimento das desigualdades sociais, econômicas, culturais e educacionais, do Ensino Médio como campo de disputas ideológicas, das demandas oriundas do mercado de trabalho, do surgimento de novas tecnologias digitais e às consequências para o processo de ensino-aprendizagem (Menezes; Ramos; Oliveira, 2023).

Após 5 anos de vigência da lei supracitada, de 2017 a 2022, dá-se a expansão do Novo Ensino Médio no Brasil, ao mesmo tempo em que se promove a avaliação da política que o instituiu. Tratou-se de um período de muitos questionamentos e denúncias por parte de especialistas e pesquisadores como do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, que protagonizou seminários regionais em momento histórico de retomada do diálogo com o governo (ANPED, 2023). Nesse percurso, as redes de ensino instituíram escolas-piloto para desenvolver programas federais com fomento à promoção das mudanças curriculares, tais como o Programa Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) (Brasil, 2016) e o Programa Novo Ensino Médio (ProNEM) instituído pela Portaria nº 649 (Brasil, 2018).

Neste sentido, a questão de pesquisa que orienta a escrita deste texto consiste na investigação sobre: o que dizem os profissionais que estiveram em contato com a política nesse início da implantação, no projeto que experimentou a ampliação da jornada escolar e do reordenamento curricular oriundos do Novo Ensino Médio na rede estadual de Mato Grosso? O objetivo é compreender esse processo de implantação, em análise à reforma, considerando o material produzido e os seus efeitos na prática.

O estudo está situado no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), grupo de pesquisa Laboratório de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação - LÊTECE (Alonso; Maciel, 2021), vinculado a uma pesquisa de doutorado que reuniu dois campos: a Seduc/MT por meio dos profissionais lotados no setor intermediário do órgão, que corresponde ao nível de execução programática da estrutura organizacional da secretaria; e as escolas-piloto, que representam um grupo de escolas com ampliação do tempo. Entre os anos de 2017 e 2021, a rede estadual de Mato Grosso chegou a 41 escolas-piloto no Ensino Fundamental e Médio, por meio de fomento via programa federal e/ou do próprio estado. No ano de 2023 a Seduc/MT declarou expansão a 80 escolas, de formatos diversos, chegando a 12% da rede (Mato Grosso, 2023).

Para a compreensão dessa trajetória de implantação do Novo Ensino Médio no contexto

da rede mato-grossense, inicia-se na próxima seção um panorama dessa reforma educacional para a etapa final da Educação Básica: o Ensino Médio, contextualizando a origem e influências desse projeto. Na sequência, a seção de Metodologia e Discussões, que apresenta as etapas desenvolvidas nesta pesquisa exploratória e qualitativa, por meio dos campos de estudo, dos profissionais envolvidos, instrumentos utilizados e o método de análise. As discussões ocorrem em duas subseções, a primeira sobre a reconfiguração proposta nos textos produzidos pela política e a segunda por meio das percepções do contexto da prática. Por fim, as considerações finais.

Reforma educacional do Ensino Médio: contextualização e projetos em disputa

A reforma do Ensino Médio em pauta se deu em meio ao cenário conturbado da posse de Michel Temer na presidência da República, após o *impeachment* de Dilma Rousseff. Suas alterações foram enviadas ao Congresso por meio da Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016 e publicada no *Diário Oficial* da União, edição extra nº 184-A, no dia seguinte.

Essa MP instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, promovendo mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Brasil, 2016). As principais alterações envolvem, a carga horária mínima anual progressivamente ampliada; mudança curricular abarcando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os itinerários formativos (parte diversificada do currículo), composta das áreas do conhecimento e da formação técnica e profissional; formação integral do estudante; e trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida (Brasil, 2016).

Desde a conversão da MP na Lei nº 13.415/2017 até o período em que deveria ser amplamente aplicada (2022, na gestão de Jair Messias Bolsonaro), a reforma gerou pedidos de revogação ou alteração na forma como o Novo Ensino Médio foi caracterizado (Silva, 2023). Um dos motivos apontado por Sússekind e Maske (2020, p. 178) é que as reformas curriculares recentes (fazendo referência: às versões da BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental; à MP nº 746/2016, à Lei nº 13.415/2017; à BNCC do Ensino Médio e à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação) “não contribuem para a promoção de qualidade na educação brasileira, reforçando a exclusão, as hierarquias e as distâncias da desigualdade social”.

No caso do Ensino Médio, os autores consideram que as reformas curriculares com inspiração na BNCC criam diferentes currículos, vitimizando a etapa a uma falácia de misto entre flexibilização e uniformização, de modo que “mais recentemente, precarizam, reduzem e coisificam a formação de professores, enfim, não produzem qualidade” (Süssekind; Maske, 2020, p.176). A qualidade, segundo afirmam Süssekind e Maske (2020, p.179), apoiados em Afonso (2007), atualmente está relacionada ao que “os estudantes aprendem de uma lista de conteúdos previstos, gerando um tipo de obsessão avaliativa”. A qual foca nos números, índices, metas e não no desenvolvimento de saberes por parte das juventudes que frequentam as escolas, desdobrando-se no apagamento daquelas que, por muitos motivos, estão fora dos seus muros.

Menezes, Ramos e Oliveira (2023, p.03) realizam uma revisão da literatura sobre os currículos escolares em diferentes partes do mundo e afirmam que “a globalização tem uma influência significativa sobre o currículo escolar, principalmente no que diz respeito às tendências internacionais em educação”, o que tem efeitos no modo como os currículos são orientados e desenvolvidos, sendo uma justificativa apresentada a de atualização frente à incorporação das competências necessárias para as juventudes do século XXI.

Essas tendências são, frequentemente, impulsionadas por organizações internacionais, tal qual a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Menezes; Ramos; Oliveira, 2023).

Em meio à disputa de concepções e de narrativas sobre as mudanças curriculares e a possibilidade de elas constituírem uma etapa final da Educação Básica mais condizente com as demandas do público jovem contemporâneo e, por outro viés, de ampliação das desigualdades educacionais, na ocasião do seu terceiro mandato (2003-2011 e 2023-presente), como presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva optou pelo caminho da consulta pública. Audiências públicas foram realizadas, com entidades do governo como o Conselho Nacional de Educação, Fórum Nacional de Educação e Conselho Nacional de Secretários Estaduais, além dos webinários com apoio de entidades de pesquisa como a ANPED e do Encontro Nacional de Estudantes em Brasília.

No período de 9 de março a 6 de julho de 2023, foi disponibilizada a consulta pública para avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio, instituída pela Portaria nº 399, de 8 de março de 2023. O Sumário Executivo do relatório da consulta pública (Brasil, 2023) destaca que a consulta utilizou diferentes instrumentos, incluindo audiências públicas,

reuniões de trabalho, seminários/webinários e consultas on-line. Isso permitiu a participação de diversos segmentos da sociedade, alcançando estudantes, professores, gestores, pesquisadores e especialistas.

A consulta on-line, metodologicamente, foi realizada por meio de ferramenta interativa que usa um chatbot de *WhatsApp*, projetado para coletar e mensurar os resultados. Os participantes respondiam às questões da consulta via código *QR* ou *links* na Plataforma Participa + Brasil. Os registros de 11.024 respondentes no Participa + Brasil e de 139.159 participações no #ConsultaPúblicaOnline (via *Whatsapp*) (Brasil, 2023) são considerados pequenos diante da magnitude da pauta, todavia, representa um avanço ao comparar com o momento político que instituiu a reforma aprovada via MP e consultas públicas anteriores como as da BNCC, bastante questionadas quanto aos mecanismos de divulgação (Araujo; Charret, 2024).

No Sumário Executivo, a apresentação dos dados da consulta envolveu 12 núcleos de resultados, assim elencados: carga horária; organização curricular; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); equidade educacional, direitos humanos e participação democrática dos estudantes; educação a distância (EaD); infraestrutura; educação profissional e tecnológica (EPT); formação e valorização dos professores; política de permanência; tempo integral; avaliação; e papel do MEC (Brasil, 2023).

Aprovado na Câmara uma primeira vez, o que chamar-se-á de reforma da reforma do Ensino Médio (Silva, 2023) passou pelo Senado e novamente pela Câmara dos deputados com alterações, seguindo para sanção presidencial (julho de 2024), transcorridos 9 meses de tramitação. Após o trânsito nas duas casas do Congresso, o Projeto de Lei nº 5.230 (Brasil, 2023c) foi convertido na Lei nº 14.945 (Brasil, 2024), com alterações a vigorar a partir de 2025, como a ampliação das 1.800 horas de disciplinas obrigatórias (previstas na BNCC) para 2.400 horas e redução de 1.200 horas de disciplinas relativas aos itinerários formativos para 600 horas.

Outras alterações se referem a ampliação da obrigatoriedade na oferta de disciplinas da formação geral básica e ajustes na oferta do Ensino Médio noturno, determinando que carga horária da formação geral básica deva ser oferecida presencialmente, com ensino mediado por tecnologia em casos excepcionais.

Com a aprovação da Lei se estabeleceu o que se pode considerar a reforma da reforma, sem revogação total do Novo Ensino Médio. O que se problematiza é se as alterações serão suficientes para lidar com as dificuldades de operacionalização da reforma inicialmente proposta por Michel Temer e os seus efeitos, sobretudo na vida dos estudantes das escolas

públicas, matriculados nas diferentes redes estaduais brasileiras, já que é o ente federativo majoritariamente responsável pela etapa.

Buscando elucidar o caminho desde a instituição inicial da reforma do Ensino Médio, traz-se dados que permitem acompanhar como o estado de Mato Grosso a conduziu, no período de 2017 a 2023.

Metodologia e discussões

A pesquisa exploratória e qualitativa esteve organizada em três etapas: fase exploratória, trabalho de campo e análise do material (Minayo, 2023). A análise se baseou no Ciclo Contínuo de Políticas de Stephen Ball e colaboradores (Ball; Bowe, 1992; Bowe; Ball; Gold, 1992), com auxílio dos três contextos principais: contexto de influência, contexto da produção de texto, e contexto da prática, que envolve recontextualizações das políticas de diferentes e variadas formas.

Na fase exploratória, estruturou-se o quadro teórico-metodológico, incluindo questões éticas e a seleção do arcabouço documental. O projeto foi aprovado no ano de 2022 pelo Comitê de Ética em Pesquisa das áreas de Ciências Humanas e Sociais (CEP Humanidades) da Universidade Federal de Mato Grosso, por meio do parecer nº 5.396.429 e registro no Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 56733522.4.0000.5690, em cumprimento aos preceitos éticos da pesquisa com seres humanos.

O trabalho de campo foi organizado em duas partes. A primeira parte, realizada entre julho e novembro do ano de 2022 contou com aplicação de questionário eletrônico (questões abertas e fechadas) ao grupo de 15 escolas, selecionadas a partir dos seguintes critérios: a) escolas com oferta exclusiva de Ensino Médio; b) escolas que ofertam tempo integral com fomento exclusivo do estado; c) escolas que pertencem a um dos programas do governo federal - Ensino Médio em Tempo Integral ou Novo Ensino Médio; d) escolas com número de matrículas acima de 120 estudantes, no ensino médio, o que correspondeu ao mínimo de 4 turmas, no ano de 2021.

A aplicação do questionário retornou com a resposta de 25 profissionais (4 diretores, 6 coordenadores pedagógicos, 2 orientadores de área e 13 docentes em regência), lotados em 12 escolas (3 escolas não retornaram ao questionário sendo desligadas da pesquisa) e de 8 profissionais lotados na sede da Seduc/MT, em sua maioria docentes com atuação em funções técnicas e de gestão das políticas, totalizando nessa primeira parte 33 profissionais.

Já na segunda parte da pesquisa, entre março e abril de 2023, foram aplicados novos

questionários em 3 escolas selecionadas para visita a campo. O recorte objetivou aprofundar o diálogo com escolas e profissionais que declararam na primeira parte da pesquisa ter experiência com o projeto, ações ou atividades envolvendo elementos do NEM, a exemplo das aulas de eletivas e trilhas.

Desse modo, este estudo analisa questionários aplicados nas duas partes da pesquisa, envolvendo 33 participantes da primeira parte e mais 6 novos participantes da segunda parte, totalizando 39 profissionais, conforme ilustrado na Quadro 1.

Quadro 1 – Recorte do trabalho de campo para o estudo em tela: Quantidade de profissionais e escolas que responderam aos questionários eletrônicos aplicados.

Campo de estudo	Parte da pesquisa	Qt. Escolas	Qt. de profissionais
Seduc/MT	Primeira parte	—	8
Escolas-piloto	Primeira parte	12	25
	Segunda parte	3	6
Total de profissionais			39

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Na etapa de análise considerou-se o material coletado por meio dos formulários e do material documental, ou seja, da produção textual da reforma, produzida em contexto de influência internacional e nacional. A análise na perspectiva do Ciclo Contínuo de Políticas é valiosa por permitir olhar para os contextos específicos, de forma continuada e flexível, considerando os processos políticos desde a sua formulação inicial até o desenvolvimento da mesma, incluindo o percurso chamado de implementação¹: espaço-tempo em que os textos e discursos construídos são suscetíveis a mudanças e reconfigurações (Bowe; Ball; Gold, 1992).

Para Ball (2008), política é um processo contínuo, interacional e instável, criado para pensar problemas comuns, como a educação. Composta de estratégias, leis, diretrizes e iniciativas, as políticas educacionais podem ser vistas pela lente das reformas, ou seja, pelas propostas de mudanças, nem sempre traduzidas em melhorias sociais, considerando a ênfase contemporânea na formulação de políticas voltadas à competitividade econômica.

Nesse contexto, este estudo analisa a atual reforma do Ensino Médio, que ampliou a carga horária e instituiu itinerários para escolhas dos estudantes, com componentes curriculares eletivos e voltados para a construção de Projetos de Vida, fortalecendo vínculos entre formação acadêmica e profissional, a exemplo de modelos e resultados internacionais estudados desde a

¹ O termo implementar é considerado inadequado na análise de políticas pelo ciclo contínuo de políticas, por discordar que as políticas podem ser meramente colocadas em práticas no movimento top-down. Todavia o termo “implementar” é utilizado no texto por integrar discurso da reforma e constar nos documentos oficiais.

Comissão Especial criada para a reformulação do Ensino Médio na Câmara dos Deputados (Brasil, 2013).

Outro elemento importante de análise é a relação da reforma do Ensino Médio com essa nova linguagem global, ancorada nos mecanismos de financiamento, que segundo Ball (2008) propiciam aos agentes internacionais inserção de iniciativas e intervenções junto aos governos. O Brasil contraiu empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), instituição integrante do Banco Mundial, para desenvolvimento da reforma, com repasses previstos até o ano de 2023. Os instrumentos de acompanhamento do financiamento se pautam nas metas de redução de evasão e repetência nas escolas participantes dos programas, aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), implementação do novo currículo e em reforçar a capacidade das secretarias estaduais (Gonçalves, 2018).

Escolas-piloto no estado de Mato Grosso ensaiam a reconfiguração do Ensino Médio

A reconfiguração do Ensino Médio, como mencionado, decorre da Lei nº 13.415/2017 que foi atrelada à aprovação da BNCC, estabelecendo um vínculo com a organização de componentes curriculares obrigatórios e flexíveis, mas, com estímulo à formação de competências padronizadas para todo o país.

Segundo Ferretti e Silva (2017), esse vínculo identitário (teórico, político e ideológico) criado desde a aprovação da MP nº 746 destaca dois elementos para reflexão: primeiro a ênfase nas avaliações internacionais como o PISA, que produz uma hierarquização externa e interna nos estados, quanto a qualidade da educação, a exemplo do IDEB. O segundo se refere diretamente à formação dos jovens, “trabalhadores, consumidores, cidadãos que se mostrem adaptados à atual forma de organização produtiva do capital, de caráter neoliberal, e à sociabilidade dela decorrente, em diferentes planos [...]” (Ferretti; Silva, 2017, p. 397 e 398).

É nesse contexto de políticas educacionais como parte de um projeto econômico global que os itinerários formativos tomaram forma nas reconfigurações curriculares praticadas nas redes. O discurso de reconfigurar os currículos na perspectiva de uma formação autônoma, criativa, crítica e com possibilidade de escolhas é questionada diante da precarização e instabilidade que a flexibilização tem apresentado na materialização dos itinerários formativos (Silva; Krawczyk; Calçada, 2023).

A oferta de itinerários suficientes para possibilitar escolhas aos estudantes; estrutura de

formação continuada que antecipe aos docentes as pautas implementadas; com formação das famílias para compreensão da nova organização e estrutura física e pedagógica mínimas para possibilitar flexibilização e inovação pedagógica, são questões colocadas à público, por pesquisadores, escolas, sindicatos e estudantes ao pedir a revogação do Novo Ensino Médio, culminando no processo de avaliação já mencionado.

No estado de Mato Grosso, as escolas estabelecidas como piloto (ano-base 2021) receberam formações específicas conduzidas pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc/MT), além dos recursos do Programa Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) iniciado em 2017 e do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNEM), instituído pela Portaria nº 649, que propiciou ações de apoio técnico para a elaboração e execução do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio; apoio técnico à implantação de escolas-piloto; apoio financeiro; e formação continuada dos membros da equipe técnica de currículo e gestão de cada estado e do Distrito Federal, por meio do ProBNCC (Brasil, 2018, art. 2º).

Para que todas essas ações chegassem às escolas, organizou-se uma estrutura nas redes estaduais, instrumentalizadas por uma equipe de implantação criada pelo Programa EMTI e regulamentada pela Seduc (Mato Grosso, 2017). Assim como a equipe do ProBNCC, por sua vez, responsável pela reestruturação curricular estadual à luz da BNCC.

O memorial de elaboração do DRC/MT-EM registrou o processo de reestruturação proposto pelo ProBNCC e a criação das escolas-piloto, estabelecendo a extensão de jornada, de modo a cumprir o mínimo de 1.000 horas anuais no caso das escolas do ProNEM ou o máximo de 1.400 horas anuais como previsto nas escolas EMTI; a flexibilização curricular por meio dos itinerários formativos e os encaminhamentos para composição do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio no estado (Mato Grosso, 2020).

A partir desse panorama documental, busca-se levantar o contexto da prática do NEM com as percepções iniciais de profissionais, quanto às mudanças propostas para a rede com as escolas-piloto.

Condução da política educacional - contexto da prática: trajetória das escolas-piloto

O percurso da reforma do Ensino Médio é aqui traçado pela escuta aos profissionais da educação envolvidos na política, descritos anteriormente, considerando os dois campos deste estudo: a Seduc/MT e as escolas-piloto. O contato desses profissionais com os textos da política, ocorreram em momentos diferentes, possibilitando interpretações com base em suas percepções

do processo de implantação do NEM, que envolveu os programas EMTI, ProNEM e ProBNCC.

A aplicação do questionário eletrônico na primeira parte da pesquisa considerou 8 profissionais da Seduc, todos servidores efetivos da rede que atuaram com a política do Ensino Médio e fizeram parte do ProBNCC, selecionados por meio do edital nº 003/2019 (Mato Grosso, 2019). Já as 12 escolas-piloto, foram representadas no primeiro questionário eletrônico por 25 profissionais, sendo 12 gestores e 13 docentes em regência². Para a identificação, os profissionais da Seduc foram representados pela letra P, seguido do número que representa a posição de participação (P1 a P8). As escolas foram representadas de E1 a E12, sendo os gestores (diretores, coordenadores ou orientadores) identificados com a letra “G”, seguido do número que representa a sequência de participação e os docentes em regência com a letra “D”, também, seguido da sequência de participação.

O Quadro 2 apresenta as questões selecionadas para este estudo, caracterizando um recorte do questionário eletrônico aplicado, com destaque para o momento de construção curricular na Seduc/MT e da implantação nas escolas-piloto.

Quadro 2 – Questões destacadas do formulário eletrônico aplicado na primeira parte da pesquisa

Campo da Pesquisa	Questões sobre o Novo Ensino Médio
Profissionais da Seduc/MT	<ol style="list-style-type: none"> 1. De que maneira o ProBNCC atuou na construção do Documento Curricular do Estado. 2. Quais são as bases que sustentam o Novo Ensino Médio nacionalmente? Há influências externas? 3. Quais os principais valores e concepções presentes no DRC-MT? 4. Cite momentos importantes do processo de elaboração do DRC-MT 5. Quais as principais mudanças da reforma do EM para a rede estadual de MT?
Gestores das escolas-piloto	<ol style="list-style-type: none"> 6. A escola executa programas do governo federal ou estadual? 7. Como ocorreu a implantação do Novo Ensino Médio na escola?
Docentes em regência	<ol style="list-style-type: none"> 8. Como ocorreu a implantação do Novo Ensino Médio na escola?

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os profissionais da Seduc, declararam a participação na elaboração do DRC/MT-EM, como articulador de Itinerário (P2); coordenador de área (P3; P6; P8) e redator de área (P1; P4; P5; P7). Para além das funções, participaram de diversos espaços de influências, tais como: audiências públicas; encontros e formações com escolas-piloto; comitê gestor do NEM; grupo de trabalho do NEM e encontros nacionais do CONSED. O comitê gestor e o grupo de trabalho

² A participação da escola não foi limitada a um número de profissional ou perfil, havendo escolas com mais participações que outras.

instituídos pela Seduc funcionaram como instâncias de deliberações na implementação do NEM (Mato Grosso, 2020), possibilitando a esses profissionais exercer papel protagonista, de ator interpretativo da política (Avelar, 2016).

Os espaços ocupados possibilitaram, aos profissionais representantes do ProBNCC no estado, atuarem no processo de elaboração e disseminação do DRC/MT-EM, como “(...) Palestrante dos encontros formativos sobre a implantação do Novo Ensino Médio na rede pública estadual de Mato Grosso” (Questão nº 1, P1); no fomento à educação profissional técnica, promovendo “(...) articulação para a oferta de EPT no estado de Mato Grosso (Questão nº 1, P2) e na “(...) reavaliação da proposta curricular” (Questão nº 1, P7).

A maioria desses profissionais entendem que o ProBNCC contribuiu financeiramente, tecnicamente e formativamente na reconfiguração curricular da rede, confirmando um papel de relevo do programa na disseminação da BNCC no Estado. Isso garantiu a sustentação dos princípios da BNCC, como anunciado pelo estado: “O **Documento Curricular de Mato Grosso (DRC-MT)** consolida as discussões da BNCC a nível estadual” (Mato Grosso, 2021, p. 40, grifo nosso).

Um desses pontos de discussão é quanto ao compromisso que o DRC/MT-EM assume com a formação integral dos estudantes, viabilizando “... práticas escolares onde experiências ocorram, onde relações interpessoais se estabeleçam em diversos níveis e onde os aprendizados científicos tenham significado na vida cotidiana” (Mato Grosso, 2021, p.10) e na proposta de flexibilização curricular. Quanto a essas bases de sustentação, os profissionais destacaram:

Promover um ensino que de fato possibilite uma educação pautada em conhecimentos científicos atrelada aos aspectos socioemocionais, que ofereça um ensino integral aos estudantes, preparando-os criticamente para o exercício da cidadania e sua inserção no mundo do trabalho, seja na continuidade dos estudos ou no mercado de trabalho [...]. (Questão nº 2, P1)

Competências e habilidades, itinerários formativos, Projeto de vida, mundo do trabalho, protagonismo estudantil, cultura digital. (Questão nº 2, P2)

São fundamentos do Novo Ensino Médio a formação integral, o desenvolvimento de protagonismo e a elaboração de projeto de vida (...). (Questão nº 2, P6)

Flexibilização e nova Arquitetura Curricular. (Questão nº 2, P8)

A flexibilização curricular é vista como sinônimo de itinerários formativos. Como nacionalmente alinhado, os itinerários formativos contemplam aprofundamento nas áreas do conhecimento e na formação técnica profissional, e são subdivididos em novos componentes apresentando uma heterogeneidade de nomenclaturas (Silva; Krawczyk; Calçada, 2023).

Ao mesmo tempo que é identificado um grande número de novos componentes, com nomenclaturas diversas, percebe-se que em geral os componentes se referem a projeto de vida; eletivas e trilhas (de aprendizagem; de aprofundamento; integradoras, etc.) como identificado no estudo de Lima, Maciel, Casagrande e Salgado (2022).

Para Lopes e Macedo (2011, p. 253), a tentativa de produzir consensos dentro da diversificação do currículo trata-se dos *modus operandi* de um projeto econômico global que no processo de institucionalização é “capaz de produzir discursos que se capilarizam socialmente”, sendo possível identificar traços de “homogeneidade e heterogeneidade, em constante tensão”.

O ProBNCC foi veículo dessa institucionalização do discurso da reforma, assim como, organizações não-governamentais envolvidas no processo, que exerceram influências nos estados, como ressaltado nas respostas dos participantes, com destaque para a presença do terceiro setor no Programa de Tempo Integral e de maneira mais ampla no financiamento de políticas direcionadas para a formação técnica.

Embora inegavelmente tenham interesses econômicos de diferentes vertentes, pedagogicamente as experiências das escolas de Tempo Integral com Projeto de Vida e escolhas dos estudantes (eletivas) dão maior robustez às propostas, mostrando um caminho para que as escolas mantenham sua autonomia, consigam um caminho para seguir e dançar em um emaranhado de interesses. (Questão nº 2, P4)

(...) Interesses das agências de fomento internacional, por políticas de produção de mão de capital humano direcionado ao mercado de trabalho. (Questão nº 2, P3)

A experiência das escolas de Tempo Integral mato-grossense, com componentes como o Projeto de Vida e as Eletivas são oriundas de parcerias estabelecidas entre MEC/Estados/Institutos que culminou na presença de várias organizações na implantação do EMTI em Mato Grosso no ano de 2017 (Mato Grosso, 2017a), a exemplo do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE, 2023).

Essas parcerias não são explicitamente marcadas no DRC/MT-EM nem em outros documentos pelo país, mas, surgem de alguma forma como apontado na pesquisa de Silva, Krawczyk e Calçada (2023), que identificou em 6 estados dos 16 analisados a presença do terceiro setor. Também, há registros dessa presença no programa de tempo integral, como no movimento organizado pelo Consed em colaboração com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), intitulado “A Frente de Currículo e Novo Ensino Médio”, com agenda estratégica de subsídio aos estados no início da construção dos currículos e da arquitetura do

Novo Ensino Médio, que registrou diversas parcerias³ (CONSED, 2020).

Por meio do programa EMTI o ICE disseminou para o país a estrutura de tempo integral, em andamento no Estado de Pernambuco desde 2004, intitulado Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental criado pela Lei nº 12.588/2004, uma experiência conhecida como Escola da Escolha inspirada no projeto do Ginásio Pernambucano (Magalhães, 2008).

Essa parceria público-privada institucionalizada, segundo Magalhães (2008), foi essencial para assegurar e expandir o Programa nas mudanças de governo. O empresariado teve papel relevante no Programa, adotando padrões gerenciais, com “[...] planos, compromissos, metas, resultados, avaliação, incentivos, delegação de responsabilidade e responsabilização” (*Ibidem*, p.22), muito próximo do que existe nas escolas privadas, diz o autor, que também relata inovações pedagógicas: Protagonismo Juvenil, Cultura da Trabalhabilidade, Empreendedorismo Juvenil; Educação Geral e Certificação Profissional, Avaliação Sistemática, entre outras.

Esses padrões “emprestados” do mercado de trabalho se expandem na educação contemporânea influenciadas pela política neoliberal, por meio das concepções, valores e práticas, como as orientadas na BNCC e que se fazem presentes no DRC-MT. Pode-se destacar o protagonismo e as próprias competências e habilidades ratificadas no estado, quando se reconhece que “Tudo emana das 10 competências gerais da BNCC” (Questão nº 3, P4) e que “O DRC reforça os valores já inseridos nas dez Competências Gerais da BNCC” (Questão nº 3, P5).

O protagonismo no contexto da formação integral é orientado para construção de autonomia do sujeito e do seu projeto de vida (Mato Grosso, 2021), sendo expressado pelos participantes ao apresentarem valores e concepções para o novo currículo mato-grossense:

Protagonismo dos estudantes; educação para a vida; exercício crítico e consciente da cidadania; conhecimento científico associado ao contexto do estudante; planejamento e preparação para que os estudantes alcancem suas metas/objetivos; ensino integrado entre as áreas de conhecimento. (Questão nº3, P1, grifo nosso)

Preparação para o mundo do trabalho, projeto de vida, **protagonismo estudantil**, formação integral. (Questão nº3, P2, grifo nosso)

Estímulo à educação integral, sugestão de uma proposta educacional capaz de interligar a prática pedagógica com a realidade, entender o ser humano na sua complexidade, fomentar o **protagonismo estudantil**. (Questão nº3, P7, grifo nosso)

³ São parceiros da Frente de Currículo e Novo Ensino Médio: Instituto Unibanco, Itaú BBA, Oi Futuro, Instituto Natura, Movimento pela Base, Instituto Sonho Grande, Fundação Telefônica e Instituto Reúna.

Portanto, é nesse panorama conceitual que o DRC-MT/EM e as normativas do NEM realizaram as principais mudanças na rede estadual, em primeira instância nas escolas-piloto. Para os profissionais da Seduc, em resposta a Questão nº 5, essas mudanças foram materializadas em grande medida pela alteração na matriz curricular, estrutura ou arquitetura como chamado no DRC-MT/EM, viabilizada pela ampliação da carga horária e pela oferta do itinerário formativo, na prática, significa mais tempo e novos componentes curriculares.

Como destacado dos excertos, que seguem apresentados, essa alteração está presente em todas as respostas dos participantes, o que sugere que a ênfase dada à reforma no estado encontra-se alinhada à produção dos textos legais, pois além dos prazos estabelecidos em lei para cumprimento da ampliação da carga horária foram estabelecidos cronogramas e metas por meio dos programas do governo federal aderidos pelos estados.

Oferta de **Itinerários Formativos** nas áreas do conhecimento, com trilhas integradas (entre duas áreas de conhecimento) ou específicas (apenas uma área); **Matriz curricular**; Atribuição dos professores; Parceria de outras instituições de ensino para oferta de Educação Profissional Tecnológica integrada no ensino médio; Itinerários Formativos que talvez não atendam aos interesses dos estudantes dependendo do porte da escola. (Questão nº 5, P1, grifo nosso)

Ampliação da carga horária, itinerário formativo, Ensino por competências e habilidades, protagonismo estudantil, projeto de vida, formação integral do estudante. (Questão nº 5, P2, grifo nosso)

1 - **Ampliação da carga horária**; 2 - **Mudança da matriz curricular**; 3 - Implementação de disciplinas que articulam o desenvolvimento socioemocional dos estudantes (projeto de vida, por exemplo.); 4 - Reorganização das formas de **oferta dos componentes curriculares**. (Questão nº 5, P3, grifo nosso)

A ampliação da carga horária, mesmo nas escolas de tempo parcial, provoca a maior parte dos impactos. Vejo como pontos de conflito/atenção ainda em andamento, formação inicial e continuada dos profissionais da educação e o embate entre PNL D x Sistema Estruturado de Ensino [...]. (Questão nº 5, P4, grifo nosso)

As principais mudanças compreendem a **ampliação da carga horária** para todas as escolas do estado e a oferta de uma parte comum a todos os estudantes (FGB) e outra flexível (**Itinerários Formativos**) disponível para escolha. (Questão nº 5, P5, grifo nosso)

Mudanças na matriz curricular, estabelecimento de parcerias para formação profissional, **aumento de carga horária**, mudança nos planejamentos e planos de aula. (Questão nº 5, P6, grifo nosso)

Replanejamento do currículo, **aumento de carga horária, oferta de trilhas de aprofundamento, projeto de vida**. (Questão nº 5, P7, grifo nosso)

Ampliação de CH e EPT. (Questão nº 5, P8, grifo nosso)

Para além da carga horária, observa-se nos excertos que as parcerias estabelecidas, o

replanejamento do currículo, o impacto na formação inicial e continuada, assim como a estrutura de atribuição dos docentes, também dizem sobre as mudanças que a reforma imprimiu à rede.

Já para as escolas, que em sua maioria implantaram programas federais (somente uma declarou possuir exclusivamente fomento da rede estadual), essas mudanças foram sentidas de maneiras diferentes para gestores e docentes em regência, sugerindo que as funções exercidas possam propiciar formas de leituras próprias dos acontecimentos, considerando os grupos, suas afinidades e interesses, as chamadas recontextualizações (Lopes; Macedo, 2011).

Como pode ser visualizado no Quadro 3, das alternativas apresentadas aos profissionais das escolas-piloto para as questões 7 e 8 (com possibilidade de múltiplas marcações), a maioria dos gestores indicaram a alteração de matriz curricular como principal mudança no processo de implantação, seguido da realização de formações específicas. Já para a maioria dos docentes, na implantação do NEM, ocorreram formações específicas e escuta às escolas com diálogo aos profissionais, estudantes e comunidade em geral.

Quadro 3 – Sobre a implantação do Novo Ensino Médio nas Escolas-pilotos de Mato Grosso: respostas dos participantes da primeira parte da pesquisa.

Respostas disponíveis	Qt. Respostas dos Gestores	Qt. Resposta dos docentes
Mudança de matriz curricular	6	3
Escuta à escola e comunidade	2	6
Formações específicas	4	6
Processo de implementação aligeirado	2	3
Outras	0	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As respostas dos 25 profissionais contribuíram para o quadro acima, indicando que todas as alternativas apresentadas estavam presentes nesse momento de implantação, com maior ou menor impacto na percepção, a partir da função desempenhada. Todavia, chama atenção que a mudança de matriz é a alternativa mais indicada pelos gestores, como também pelos profissionais da Seduc e não pela maioria dos docentes, que destacaram as alternativas de socialização do novo currículo à comunidade escolar, com escuta e formação.

Esse movimento formativo e informativo também foi anunciado pelos profissionais da Seduc, ao destacar as audiências públicas e encontros formativos, como espaços que atuaram. Contudo, os gestores pouco reconheceram esse processo de escuta das escolas, deixando nítido uma dissonância entre as percepções dos gestores e docentes, uma variação entre elementos do gerencial e do formativo, característicos da complexidade dos entendimentos que a política

produz (Lopes; Macedo, 2011).

Assim, as percepções sobre as principais mudanças ocasionadas pela implantação do NEM dizem sobre o processo de interpretação e recontextualização na leitura dos textos oficiais e na produção de textos orientativos, como o documento de referencial curricular, vivenciados pelos profissionais nos espaços de gestão, um contexto de influência local, que explica e cria uma agenda institucional para serem colocadas em ação nas escolas (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Os elementos destacados pelos profissionais da Seduc e das escolas-piloto anunciam que a rede de Mato Grosso implantou o processo antes do ano de 2022. Ressalta-se que para 20 dos 25 profissionais participantes das escolas-piloto, o processo não foi considerado aligeirado. Esse resultado é importante no entendimento da trajetória da reforma, uma vez que são profissionais que representam o projeto-piloto do Estado, iniciado no ano de 2017.

Por um lado, o resultado justifica a criação de programas e escolas-piloto pelos gestores da política; por outro, problematiza-se até que ponto esse exercício é representativo da rede ou mesmo se os resultados e desafios enfrentados por essas escolas são considerados no processo de expansão. Ressalta-se que a continuidade da pesquisa, no ano de 2023, oportunizou escutar os profissionais no período em que a avaliação da política acontecia nacionalmente.

Assim, nas 3 escolas: E1, E4 e E11 selecionadas na segunda parte da pesquisa, um novo questionário foi aplicado a 6 novos participantes, sendo: 3 gestores (2 diretores e 1 orientadora de área) e 3 docentes. No Quadro 4, destaca-se a identificação das escolas e participantes, bem como a questão em análise neste estudo.

Quadro 4 – Sobre o processo de avaliação do Novo Ensino Médio: Participantes da segunda parte da pesquisa.

Escola	Participante ⁴	Questão aplicada via formulário eletrônico
E1	G3.E1 G4.E1 D4.E1	Qual a sua opinião sobre o atual movimento para revogação do Novo Ensino Médio?
E4	G5.E4 D2.E4	
E11	D2.E11	

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

⁴ Leia-se: Gestor 3 da Escola E1; Gestor 4 da Escola E1; Docente 4 da Escola E1; Gestor 5 da Escola E4; Docente 2 da Escola E4; Docente 2 da Escola E11.

As escolas-piloto vivenciaram o processo de implantação antecipado, experimentando os componentes curriculares flexíveis. Desse modo, para este recorte, ressaltamos percepções sobre o momento da reforma referente ao movimento #RevogaNEM, com pedidos e mobilizações para revogação do NEM, em virtude do processo de avaliação deflagrado pelo Governo e acompanhado por especialistas como do Observatório do Ensino Médio (Silva, 2024).

Os gestores se posicionaram a favor de mudanças no Ensino Médio vigente, seja com manifestação favorável à revogação como fez o gestor G5.E4 ou pelo caminho da reestruturação, como destacados por G3.E1 e G4.E1.

Sou a favor, pois no papel não vejo como positivas as mudanças propostas, pois precariza a grade curricular, a cientificidade do ensino, e o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. (G5.E4)

Precisa de ajustes no currículo (G3.E1)

Acho necessários alguns reparos na organização curricular da base comum, pois houve uma diminuição nas disciplinas. (G4.E1)

A reestruturação é enfatizada pela supracitada reforma da reforma, que se formou textualmente pelo PL nº 5.230/2023. A gestora G4.E1 destaca uma das principais reivindicações das escolas, professores e estudantes na consulta pública realizada pelo MEC, a recomposição da carga horária de componentes curriculares da formação geral, comum a todos os currículos.

Para a docente D2.E4, a revogação seria necessária frente aos desafios com os novos componentes, principalmente para estudantes das escolas públicas:

Importante! Meu Filho e alunos (as) não terão a mesma condição de competir com alunos(as) das escolas particulares, vai aumentar a desigualdade social, foi feito por um grupo que não ouviu os professores, nem a sociedade, foi jogado de cima para baixo. Deve ser revogado e das disciplinas que foram inventadas eu só aproveitaria seria eletiva. (D2.E4)

Os demais docentes, mesmo que atuando em projetos, ações ou atividades do NEM, demonstraram falta de familiaridade com o assunto: “Não estou a par do assunto no momento” (D2.E11) ou pouco aprofundamento nas discussões de melhoria, apesar de indicar que a reforma “Tem pontos para serem melhorados” (D4.E1). Esse resultado reflete os diferentes papéis, ações e compromissos que os atores nas escolas recebem ou assumem, “incluindo posições de indiferença ou de evitação” (Ball, 2016, p. 75).

Em suma, o debate sobre carga horária, novos componentes curriculares e sua distribuição é um gargalo da reforma, atenuado pelas alterações. Pauta intensamente discutida na Câmara dos Deputados e no Senado, a recomposição de 1.800 horas para 2.400 horas, significa a garantia da oferta de todos os componentes curriculares estabelecidos pelas quatro áreas do conhecimento para todos os anos do Ensino Médio, atendendo ao clamor da população pela recomposição como ilustra o Coletivo em defesa do Ensino Médio de qualidade (2023), que agrega fortes críticas à oferta de itinerários profissionalizantes intermediados pelas parcerias com instituições privadas.

Considerações finais

É possível identificar que as influências exercidas na reforma do Ensino Médio na rede estadual de Mato Grosso são múltiplas. Ocorreram pelo contexto político nacional na elaboração da reforma, pela estrutura organizada para replicar as decisões nacionais junto à rede e pelas parcerias com as entidades não governamentais.

O financiamento apareceu vinculado ao ProBNCC, não havendo menção pelos profissionais da Seduc/MT, quanto ao empréstimo contraído com o BIRD, que financiou os programas em execução no Estado. Contudo, pode ser observado que metas vinculadas ao acordo de empréstimo estavam na pauta da implantação da reforma em Mato Grosso, entre elas a formação de equipes na Seduc/MT para conduzir a reorganização curricular: equipe ProBNCC; equipe EMTI, Comitê Gestor e Grupo de Trabalho. Essa estrutura permitiu que os princípios do Novo Ensino Médio: tempo ampliado e flexibilização curricular, fossem sustentados no documento curricular do Estado e disseminado à rede, como demonstrado na fala dos gestores e docentes das escolas-piloto.

Entretanto, as mudanças ocasionadas no processo foram percebidas por diferentes ângulos pelos participantes da pesquisa, os gestores (das escolas e da Seduc/MT) destacaram as alterações de matriz curricular como principal agente de mudança. Já os docentes indicaram, com maior ênfase, escuta à comunidade e formações docentes. As percepções dos docentes oferecem um resultado do trabalho dos programas, que mobilizaram formações, palestras e consultas junto às escolas-piloto, seguindo os procedimentos estabelecidos pela política educacional.

Assim, ao instituir equipes com responsabilidades próprias e escolas como piloto, o Estado têm obtido êxito em implantar a política conforme orientação dos documentos oficiais. Todavia, de forma sutil é possível identificar, nesses diferentes olhares, dissonâncias no

processo desenvolvido. Destacam-se as críticas apontadas pelas escolas-piloto, na segunda parte da pesquisa, aos novos componentes curriculares e à distribuição da carga horária com ênfase nos itinerários formativos, que fragilmente representa a flexibilização curricular propalada pelo NEM.

A maioria dos profissionais consultados sobre o processo de avaliação do NEM se colocou a favor de ajustes, reparos e melhorias na reforma. Destaca-se a fala de uma das docentes sobre a insegurança quanto à ampliação das desigualdades educacionais diante de um documento curricular disforme, sobretudo considerando as juventudes oriundas da rede pública.

Apesar da reforma da reforma, chamada de reestruturação, não dissolver questões econômicas vinculadas ao projeto para o Ensino Médio brasileiro, a exemplo das parcerias de instituições não governamentais que influenciam os processos de formação, de material pedagógico e de gestão dos processos, atenderá ao clamor da maioria no processo de consultas públicas, com ampliação da carga horária destinada aos componentes da Formação Geral Básica no currículo. Fato que ratifica o entendimento dos gestores participantes desta pesquisa sobre o principal elemento de mudança da reforma na prática: a matriz curricular.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso e aos participantes da pesquisa, que a tornaram possível.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Revista Contrapontos**, v. 7, n. 1, p. 1-22, 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ctp/v07n01/v07n01a02.pdf>. Acesso em: 23 de jul. 2025.

ALONSO, Katia Morosov; MACIEL, Cristiano. O Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação – LÊTECE - ou de Percursos Reflexivos sobre Outras e Novas Possibilidades de Investigação. In: SÁ, Elizabeth Figueiredo; ANDRADE, Daniela Barros da Silva Freire; RIBEIRO, Marcel Thiago Damasceno (Org.). **Memória, pesquisa e impacto social: O percurso formativo do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT**. 1 ed. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato Editorial, v. 1, 2021. p. 205-222. Disponível em: <https://tantatinta.com.br/wp-content/uploads/2021/11/CARLINICANIATO-Elizabeth-Figueiredo-de-Sa%CC%81-HISTO%CC%81RIAPESQUISA-E-IMPACTO-SOCIAL-e-book.pdf>. Acesso em 23 de jul. 2025.

ARAUJO, Marta Barbosa Satiro de; CHARRET, Heloize da Cunha. Da reforma Francisco Campos ao Movimento Revoga Já: trajetória do ensino médio na legislação brasileira. **Revista Espaço Currículo**, v. 17, n. 2, e67648, 2024. DOI: 10.15687/rec.v17i2.67648. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/67648>. Acesso em: 23 de jul. 2025.

AVELAR, Marina. Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a pesquisa em política educacional. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 24, p. 1-18, 2016.

BALL, Stephen John. **The Education Debate**. The Policy Press. University of Bristol, 2008.

BALL, Stephen John; BOWE, Richard. Subject departments and the 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BALL, Stephen John; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Editora UEPG. Ponta Grossa, 2016.

BOWE, Richard; BALL, Stephen; GOLD, Anne. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio (CEENSI). **Relatório final**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1190083. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei nº 5.230, de 26 de outubro de 2023**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2376423>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 1 ago. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 29 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018. Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 132, p. 72, 11 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sumário executivo do relatório da consulta pública do Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas/sumario_executivo_consulta_publica_ensino_medio.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

COLETIVO EM DEFESA DO ENSINO MÉDIO DE QUALIDADE. Formação geral de 2.400 horas no Ensino Médio é viável e fortalece o Ensino Técnico. **Carta Capital**. 13 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/artigo/formacao-geral-de-2-400-horas-no-ensino-medio-e-viavel-e-fortalece-o-ensino-tecnico/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

CONSED. Conselho Nacional de Secretários de Educação. **Novo Ensino Médio**. 2020. Disponível em: <https://www.consed.org.br/gt-ensino-medio>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FERRETTI, Celso João; SILVA, Mônica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio no Contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, Currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 385-404, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW37FTtfSsKTq/?lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2024.

GONÇALVES, Klébert Renée Machado (Tradutor público juramentado). **Acordo de Empréstimo: apoio à operação da reforma do ensino médio**. Programa nº 8812-BR e Projeto nº 8813-BR, Tradução nº 072, Livro J-14, p. 154-173. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/Acordo_de_Emprestimo_BIRD_Traducao_Juramentada.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação**. 3. ed. Recife: ICE, 2023. Disponível em: <https://icebrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Livreto-Institucional-ICE.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.

LIMA, Waleska Gonçalves de; MACIEL, Cristiano; CASAGRANDE, Ana Lara; SALGADO, Luciana Cardoso de Castro. Novo Ensino Médio e STEAM: articulações e referenciais curriculares. *In*: RIBEIRO, Marcel Thiago Damasceno; PEREIRA, Bárbara Cortella (Org.). **Cultura digital, currículo e perspectivas teórico-metodológicas em educação**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2022. p. 125-144.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Contribuições de Stephen Ball para os

estudos de políticas de currículo. *In*: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 248-282.

MAGALHÃES, Marcos. **A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio**: Pernambuco cria, experimenta e aprova. São Paulo: Albatroz: Loqüi, 2008. Disponível em: <https://icebrasil.azurewebsites.net/wp-content/uploads/2020/04/Livro-a-juventude.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Acordo de Cooperação nº 346, de 22 de junho de 2017**. Acordo de cooperação que entre si celebram o Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Educação, o Instituto Sonho Grande, o Instituto Natura e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2017a. Disponível em: https://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/9365748/Processo+n+304677-2017_Cooperacao+n+0346-2017-+Sonho+Grande+-+Instituto+Natura.pdf/cb2be1cb-c067-0778-29af-92d265bf3186. Acesso em: 17 jun. 2024.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Documento Referencial Curricular para o Ensino Médio do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá: SEDUC/MT, 2018. Disponível em: <https://sites.google.com/view/novo-ensino-medio-mt/drcmt-em-documento-homologado?authuser=0>. Acesso em: 17 ago. 2024.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Edital nº 003, 25 de abril de 2019**. Regulamenta o Processo Seletivo Simplificado de Bolsistas para atuarem no Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC, etapa do Ensino Médio. Diário Oficial [do] Estado de Mato Grosso, Cuiabá, n. 27.489, p. 64, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/15530#/p:64/e:15530?find=edital%20003%202019%20seduc>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Expansão da educação em tempo integral já é realidade em Mato Grosso. **Notícias — SEDUC/MT**, Cuiabá, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/-/expans%C3%A3o-da-educa%C3%A7%C3%A3o-integral-e-em-tempo-integral-j%C3%A1-%C3%A9-realidade-em-mato-grosso>. Acesso em 23 abr. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Memorial de elaboração do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: Novo Ensino Médio**. Cuiabá: SEDUC/MT, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15SsoNRLeG5KSqmWWBAzDoFySNYbfj-6n/view>. Acesso em: 04 nov. 2023.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Portaria nº 283, 15 de agosto de 2017**. Institui equipe responsável pela implantação do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação. Mato Grosso: Secretaria de Estado de Educação, 2017. Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/14950#/p:40/e:14950>. Acesso em: 22 dez. 2023.

MENEZES, Alexandre Júnior de Souza; LEITÃO, Mário de Miranda Vilas Boas Ramos;

OLIVEIRA, Lucia Marisy Souza Ribeiro de. Globalização e Currículo Escolar: tendências, desafios e oportunidades. **Revista Espaço do Currículo**, v. 16, n. 3, p. 1–18, 2023. DOI: 10.15687/rec.v16i3.65878. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/65878>. Acesso em: 18 set. 2024.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2023.

SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma ou revogação: que fazer com o “Novo Ensino Médio”? **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)**, 7 mar. 2023. Disponível em: <https://anped.org.br/251-news/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, Mônica Ribeiro da; KRAWCZYK, Nora Rut; CALÇADA, Guilherme Eduardo Camilo. Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais. **Educação e Pesquisa**, v. 49, e271803, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/JFWYthKGr3Pzwn7QsqhfMqs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SILVA, Monica. Observatório do Ensino Médio integra Coletivo em Defesa do Ensino Médio de Qualidade. **Observatório do Ensino Médio – UFPR**, 11 abr. 2024. Disponível em: <https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/observatorio-do-ensino-medio-integra-coletivo-em-defesa-do-ensino-medio-de-qualidade/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SÜSSEKIND, Maria Luiza; MASKE, Jeferson. “Pendurando roupas nos varais”: Base Nacional Comum Curricular, trabalho docente e qualidade. **Em Aberto**, v. 33, n. 107, p. 173-187, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.33i107.4532>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SOBRE O(S)/A(S) AUTOR(ES)/A(AS)

Waleska Gonçalves de Lima. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora da rede estadual de Educação de Mato Grosso. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8396038493857023>

Ana Lara Casagrande. Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Professora do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9987834719353996>

Cristiano Maciel. Doutor em Ciência da Computação pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5234437367053668>

Como citar

LIMA, Waleska Gonçalves de; CASAGRANDE, Ana Lara; MACIEL, Cristiano. Reforma Educacional do Ensino Médio: um estudo do projeto-piloto da rede estadual de Mato Grosso. **Revista Espaço Currículo**, v. 19, n. 2, p. e71619, 2026. DOI: 10.15687/rec.v19i2.71619.